



Cresce participação da mulher metalúrgica no movimento sindical

Um levantamento da Secretaria da Mulher da FEM-CUT revela que a participação das mulheres metalúrgicas no movimento sindical cresceu 15,2% nos últimos cinco anos. Foram analisados dados dos 13 sindicatos filiados à Federação em todo o Estado.

Segundo a pesquisa, em 2004 atuavam em cargos nas direções dos Sindicatos 25 mulheres e hoje este número aumentou para 38. Os reflexos deste crescimento são constatados com o ingresso de cinco novas companheiras na Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba, que realizou eleições nos Comitês Sindicais de Empresa para a escolha da nova Direção 2008/2011.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Salto também comemora a participação de novas companheiras na sua Diretoria. "Sem dúvida, estes números são animadores, embora, vamos trabalhar para aumentá-los cada vez", diz Rosimar Dias (Rosi), diretora do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Secretária da Secretaria

da Mulher da FEM-CUT -- pasta criada no 5º Congresso da Federação, realizado em março de 2007.

Romper o machismo

Rosi ressalta que é difícil envolver as mulheres metalúrgicas no movimento sindical e explica que as razões são a "tripla jornada" e o preconceito. "As metalúrgicas têm que administrar seu pouquíssimo tempo: são trabalhadoras, estudantes, mães, cuidam da educação dos filhos e do lar.

Também tem o fato dos companheiros, namorados, pais, também serem da categoria e, muitas vezes, as influenciam a não participarem do sindicato por acharem ser um espaço masculino", explica.

A sindicalista, porém, ressalta que é possível romper estes paradigmas basta as mulheres valorizarem a sua importância na luta pelos seus direitos. "O saldo da Campanha 2007 foi extremamente positivo, em especial, para as metalúrgicas que obtiveram importantes

conquistas sociais, como o aumento da concessão do auxílio Creche e do direito à amamentação. As bancadas patronais também atenderam as nossas reivindicações de combate à violência doméstica e concederam estabilidade no emprego em caso de aborto".

Valorização e lutas permanentes

A dirigente disse que está desenvolvendo um trabalho de sensibilização das companheiras e dos companheiros para que incentivem a participação das mulheres, pois a categoria é formada por homens e mulheres. "As nossas Convenções Coletivas de Trabalho valem até 2009, no entanto, propomos às bancadas patronais a realização de grupos de trabalho para discutirmos a ampliação de direitos sociais para as trabalhadoras", conta.

Rosi enfatiza ainda que a equiparação salarial e o direito à creche no local de trabalho/aumento do subsídio são reivindicações permanentes que serão debatidas com as empresas.

BASE

A FEM/CUT representa cerca de 250 mil metalúrgicos (as) no Estado, cerca de 15% são mulheres (37,5 mil). A média salarial dos homens oscila em R\$ 2.125,39; das metalúrgicas é R\$ 1.488,28. 55% trabalham no setor de bens de capital (Grupo 9); 35% Autopeças/Montadoras; 5% Fundição e 5% Grupo 10 (lâmpadas, estamparias e serralherias).

MERCADO DE TRABALHO

A diferença entre o desemprego masculino e o feminino em São Paulo (12,3% e 17,8%, respectivamente) foi a maior dos últimos 19 anos (Dieese). Em 2004, o salário médio das mulheres equivalia a 81,2% do que recebiam os homens. No ano seguinte, subiu para 82,1%. Em 2006, alcançou 83,2%.

LICENÇA MATERNIDADE

O Senado aprovou, em novembro de 2007, a ampliação do período de licença-maternidade de quatro para seis meses nas empresas privadas. O PL aguarda votação Câmara dos Deputados.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE

As mulheres ocuparam 69% das vagas com nível superior em 2006, MTE. 164,9 mil vagas foram ocupadas por elas já os homens preencheram 73,4 mil.

APROVAÇÃO POPULAR

67% dos brasileiros acham que uma presença mais forte do público feminino melhoraria o nível da política no País, segundo pesquisa Estado/Ipsos.



Jornal da Federação dos Sindicatos Metalúrgicos da CUT

Jornal Edição 05 março/abril de 2008

FEM/CUT-SP



Artur presidente da CUT Nacional



Está na hora da classe empresarial dividir a riqueza com os trabalhadores

Chega de rotatividade

Convenção da OIT

158
REGISTRO
E DIREITOS
GARANTIDOS

A cada 10 trabalhadores contratados, 7 são demitidos sem motivo.



A CNM-CUT entregou ao ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, um documento em defesa da aposentadoria especial que reforça o reconhecimento das atividades que oferecem riscos à vida do trabalhador.

Inédito



Depois de 183 anos de dívida externa, o Brasil vira credor.
Por Biro Biro

Destaques

INSS

Os metalúrgicos de Matão e Araraquara entregaram representação ao Ministério Público do Trabalho denunciando a alta programada

Agora é legal

Depois de uma sessão tensa na Câmara dos Deputados, o reconhecimento das centrais foi aprovado

Cidadania



Rosi, Secretária da Mulher da FEM, fala sobre a participação das metalúrgicas nas lutas sindicais

Taça CUT Jubileu de Prata
O campeonato inicia do dia 19 de abril a 30 de agosto.
Tem que ser sócio do Sindicato para participar



FALA FEM

As lições do Brasil

Daqui há 50 anos todos lembram do ano de 2008. A razão é que pela primeira vez na história, o Brasil tem recursos suficientes para quitar a sua dívida externa. A notícia foi divulgada pelo Banco Central que informou que o Brasil passou a ser credor, ou seja, todas as reservas internacionais e ativos do país são maiores que a dívida externa oriunda dos governos e empresas. Em 2003, a dívida externa estava em US\$ 165 bi e, em dezembro de 2007, as reservas internacionais cresceram 110%, alcançando a cifra positiva de US\$ 180 bi.

Depois de 183 anos de dívida externa, finalmente o país passou para o time dos "credores" e o mais importante: sendo um país de terceiro mundo. Outro registro histórico relevante foi a quitação dos emprés-



timos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2003, no qual o Brasil gerou uma economia de US\$ 900 milhões que foram aplicados nas áreas sociais.

Nos últimos cinco anos, com o presidente Lula, o Brasil vem apresentando um novo patamar de desenvolvimento econômico e social. Mas é claro, que falta avançar mais. Precisamos realizar uma reforma tributária justa, fazer correções no sistema previdenciário e aprovar uma reforma sindical, que garanta liberdade e autonomia sindical.

O importante é que hoje o Brasil tem as bases para a construção deste novo modelo de nação.

BRASIL METAL

Aposentadoria Especial Já!

Uma das bandeiras de luta importantes da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT é o direito à aposentadoria especial--que era concedido para os trabalhadores que trabalhavam em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física.

Esta conquista foi destruída em 1998 pelo governo tucano de FHC por meio de uma reforma na Previdência Social, prejudicando vários ramos profissionais, entre eles, o metalúrgico. Outro fator agravante foi que esta reforma converteu o tempo de insalubridade em tempo de serviço.

Com estas mudanças, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) tem dificultado a concessão da aposentadoria especial e a contagem do tempo insalubre,

mesmo para aqueles que conquistaram este direito adquirido até dezembro de 1998. A partir daí, a aposentadoria especial tornou-se uma luta permanente do ramo metalúrgico e também de todo o sindicalismo cutista.

A CNM-CUT parti-



cipou, em conjunto com a CUT, de várias mobilizações em Brasília; organizou a 1ª Assembleia Nacional dos Metalúrgicos (agosto de 2007), que reuniu mais de três mil dirigentes de todo o país, que

resultou na entrega de um documento aos órgãos governamentais.

A CNM e outros ramos cutistas aprovaram um projeto de Lei complementar para a aposentadoria especial.

A proposta foi apresentada ao ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, e reforça o reconhecimento da insalubridade e de atividades penosas, perigosas ou que ofereçam riscos à vida do trabalhador.

A participação efetiva da categoria metalúrgica cutista de São Paulo nas atividades da CNM-CUT e FEM-CUT é fundamental para fazer valer o direito à aposentadoria especial.

Carlos Alberto Grana é presidente da CNM-CUT

DESTAQUES

Ministério Público

Os sindicatos metalúrgicos de Matão e Araraquara protocolaram, no dia 25/2, uma representação ao Ministério Público do Trabalho.

No pedido, questionam os "abusos" da alta programada e reivindicam que o INSS cumpra as normas estabelecidas na lei da previdência, que determina que o perito vistorie o local de trabalho e veja se tem condições de o trabalhador retornar ao trabalho.

Agora é legal

Com 234 votos a favor, 171 contrários e seis abstenções, a Câmara dos Deputados aprovou, na madrugada do dia 13/3, o texto que reconhece juridicamente as centrais sindicais no país. Aprovado pelo Senado, agora é lei. O desafio mais urgente da CUT é o fim do imposto sindical. Vale lembrar que vários sindicatos metalúrgicos e outras categorias cutistas não descontam este imposto dos trabalhadores.

40 horas

A CUT e os sindicatos filiados lançaram uma Campanha Nacional pela Redução na Jornada de Trabalho -- de 44 horas semanais para 40 horas -- sem Redução nos Salários em todo o país. Segundo o Dieese, esta redução, que não afetará a produtividade das empresas, criará cerca de 1,8 milhão de empregos e mais: o trabalhador terá um tempo maior de lazer.



A rotatividade no emprego está com os dias contados

Enquanto o emprego com registro em carteira vem crescendo no Brasil, as demissões sem motivo, infelizmente, também. Segundo o Ministério do Trabalho, cerca de 1,308 milhão trabalhadores foram contratados em 2007, no entanto, quase 1,166 milhões perderam o emprego no mesmo período. Só no Estado de São Paulo, foram 434 mil contratações e 369 mil demissões.

Este fenômeno chama-se rotatividade de mão-de-obra, ou seja, as empresas contratam e demitem, na maioria das vezes, sem apresentar um motivo justo ao funcionário. Detalhe: a legislação brasileira permite isso.

O patrão pode demitir se ele não gostar da sua barba ou corte de cabelo; também pode terceirizar e contratar trabalhadores, por exemplo, para ganhar a metade do seu salário!

Um estudo da Subseção do Dieese na CNM-CUT revela que a rotatividade no ramo metalúrgico atinge cerca de 30%, isto quer dizer, a cada 10 contratados, três são demitidos.

O que mais revolta é que as empresas não têm do que reclamar. O Brasil vive a melhor fase econômica e social da história. O aumento da renda e do crédito -- hoje 30 milhões de brasileiros foram incorporados ao mercado de consumo -- e o crescimento do PIB, soma das riquezas produzidas por uma nação, de 5,4% (2007) conquistados no governo Lula beneficiaram a indústria automobilística, que no ano passado alcançou o inédito patamar de três milhões de veículos produzidos.

Neste ano estão previstos investimentos de R\$ 15 bilhões e mais: o país está no caminho de passar da 8ª produção mundial de veículos para a 5ª no mercado mundial.

Aprovação da Convenção 158

Para coibir a demissão sem motivo

Quando foi criada a Convenção 158?

Em 1982, em Genebra na Suíça, e está em vigor em 34 países, entre eles a França e Venezuela, onde funciona como parâmetro geral para a defesa dos trabalhadores. Importante frisar que a 158 não garante estabilidade no emprego.

O que aconteceu no Brasil?

Foi aprovada pelo Congresso Nacional, em 1992, e legalmente oficializada por um decreto do governo federal em abril de 1996, todavia, em novembro do mesmo ano, o então presidente FHC voltou atrás e determinou o seu fim, satisfazendo os interesses da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e os gananciosos empresários. Para nos defender, a CNM-CUT e a CUT ajuizaram Ação Direta de Inconstitucionalidade ao Superior Tribunal de Justiça (STF).

Quais situações o patrão não pode demitir?

Se o (a) trabalhador (a) for sindicalizado (a) ou ter feito queixa contra uma



empresa; por discriminação de raça, cor, sexo; casamento; motivos de responsabilidade familiar, gravidez, religião ou opinião política.

E a multa de 40% sobre o FGTS?

Há muitas especulações, mas a verdade é que a Convenção 158 não exclui este direito do trabalhador. Os 40% são pagos somente nos casos de dispensa sem justa causa. Vale lembrar que a multa é passível de regulamentação, ou seja, quaisquer mudanças serão feitas pelo Congresso.

justo, o presidente Lula atendeu uma reivindicação histórica da CUT e encaminhou para aprovação (a expressão muita usada é ratificação), no dia 14/2, no Congresso duas normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT): a 151 e a 158.

A primeira garante o direito do servidor público estabelecer uma mesa de negociação com as três esferas de governo e a segunda protege o trabalhador contra a demissão sem motivo; para demitir/terceirizar o patrão terá que apresentar ao Sindicato e ao Ministério do Trabalho uma justificativa clara e convincente, caso contrário, a demissão será suspensa.

As Convenções precisam ser

aprovadas pela Câmara dos Deputados para valerem no país. Artur Henrique, presidente da CUT, disse que o embate no Congresso não será fácil. "A batalha será dura, mas nós já estamos nos preparando para virar o jogo", afirma.

Ele disse que não concorda, por exemplo, com as terceirizações que retiram direitos e precarizam as relações de trabalho e salientou que a CUT defende uma regulamentação que acabe com estes abusos.

Artur acrescentou que o Brasil está vivendo uma Agenda Positiva e, portanto, a classe patronal, que há 500 anos dita as regras no mercado, tem que evoluir e aprender a dividir a riqueza com os trabalhadores.